

Olá, Francesca. Muito obrigado por nos receber. Gostaria de começar por perguntar o que é o D-CENT, o seu local de trabalho?

D-CENT significa Tecnologia Descentralizada de Envolvimento do Cidadão (Decentralised Citizen Engagement Technology) e é o projeto europeu que eu lidero na Nesta, a Agência para a Inovação do Reino Unido, onde eu trabalho. Este projeto junta várias pessoas de toda a Europa, temos mais de dez parceiros, e é um projeto de investigação e desenvolvimento. O que nós fazemos é trabalhar com as experiências, os ensaios e os movimentos sociais que nos últimos anos revolucionaram a democracia na Europa, ajudando-os a pensar na relação entre tecnologia e democracia e a construir a próxima geração de ferramentas e infraestruturas democráticas que podem fortalecer as novas formas políticas do séc. XXI. Nesse sentido, estamos a trabalhar no nosso projeto com a coligação de cidadãos *Barcelona en Comú* e o *Podemos*, um novo partido político espanhol que nasceu do movimento 15-M. (...) E o que nós estamos a fazer com eles é ver como é que a tecnologia está a mudar a forma como eles se organizam, como é que a tecnologia está a mudar, por exemplo, um programa político, que já não é criado de forma tradicional, onde temos reuniões partidárias que decidem o que deve constar dos programas. Estão a chamar-lhe uma nova revolução democrática e a tecnologia é muito importante na recolha da informação coletiva dos cidadãos para que estes possam expressar as suas opiniões, tomar decisões e fazer parte do processo. (...) Temos outros exemplos, como o caso da Islândia, onde estamos a trabalhar com um grupo que ajudou, após a crise financeira, a reformular a constituição islandesa. Isto foi feito, não de forma tradicional, mas através da criação de um comité híbrido composto por 25 membros eleitos pelo povo e depois, utilizando ferramentas *online*, foram integrados muitos dos comentários dos cidadãos. A própria constituição foi votada por referendo e foi aprovada pelo povo. (...) Estamos a trabalhar com o povo islandês em ferramentas de democracia interativa (iDemocracy) ao nível das cidades, que, em certo sentido, encaram a reforma constitucional como um importante passo em frente, mas também tentam aplicar este conceito democrático mais aberto na forma como são feitas as políticas municipais. Também têm um orçamento participativo que é feito *online*, por isso a cidade de Reiquiavique gastou mais de 2 milhões de euros em projetos que são selecionados pelos cidadãos e são, nesse sentido, projetos dos cidadãos que estão, assim, extremamente envolvidos na forma como são feitas as políticas municipais. Trabalhamos também com um grupo finlandês chamado *Open Ministry* que conseguiu dar impulso a uma alteração constitucional, em 2012, e neste momento a Finlândia tem uma lei que permite aos cidadãos proporem leis ao parlamento, mediante uma recolha de 50 000 assinaturas. E tem havido muitos exemplos bem-sucedidos, como a reforma dos direitos de autor ou a lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, que foi aprovada com recurso a legislação criada a partir de *crowdsourcing*.

Quando fala de ferramentas e de construção de ferramentas, refere-se a programas de *software*?

Sim, é *software*. Mas falarei da tecnologia daqui a pouco. Este é o núcleo do projeto D-CENT que não separa as plataformas tecnológicas e o *software* do processo político, propriamente dito. O que nós fazemos é participar nestas novas formas democráticas e depois observamos de que forma a tecnologia está a ajudar ou a apoiar estes processos.

Portanto, vocês estudam a forma como a tecnologia existe e como é que podem ser manipuladas?

Precisamente. Quando estudamos estes processos, nós estamos, de facto, a participar neles, porque os parceiros do D-CENT são os protagonistas destes movimentos, ou seja, não estamos apenas a estudá-los, mas a envolver-nos nos processos. (...) O Consórcio World Wide Web (W3C), a organização do Tim Berners-Lee, que foi quem criou a Internet, faz parte deste projeto, na medida em que estamos a seguir a sua visão de uma rede verdadeiramente livre e aberta e uma internet igualmente livre e aberta. Isso quer dizer que estamos a desenvolver um *software* de código fonte aberto, sem supervisão e descentralizado e que oferece o controlo da tecnologia e, em particular, dos dados aos cidadãos. Esta é a visão que temos para a tecnologia que pode fortalecer a democracia e os movimentos democráticos, sem dar às grandes empresas, por exemplo, mais poder. O que nós observámos, por exemplo, no início da Primavera Árabe ou até do movimento 15-M foi a dependência que muitos movimentos sociais e partidos políticos manifestavam ter em relação às tecnologias existentes. Tem havido um esforço muito grande, por parte de financiamentos públicos ou investimentos, para desenvolver tecnologias de empresas, ou seja, tecnologias comerciais ou tecnologias de vigilância para a defesa ou para a espionagem. Investiu-se muito menos na criação de tecnologias verdadeiramente cívicas que possam capacitar os cidadãos. E é aqui que o D-CENT entra em ação. O D-CENT é um projeto financiado pela Comissão Europeia e tenho muito orgulho nele, porque mostra que, ainda que seja muito pequeno devido à inatividade europeia neste setor – penso que a Europa podia fazer muito mais – ainda assim, a Europa está a apoiar e a financiar projetos que querem desenvolver tecnologias verdadeiramente descentralizadas e de código fonte aberto, que são dirigidas aos cidadãos e que fortalecem estes processos democráticos. (...)

Mas os governos e as grandes empresas oferecem uma forte resistência a esse tipo de mudanças. Não considera a Islândia um exemplo disso mesmo? Em Portugal temos vários casos de petições e grandes movimentos populares que procuram fazer algo diferente, mas o governo impede essas opções. Há uma resistência antiga e muito forte a esse género de movimentos participativos,

algo que designa como “inteligência coletiva”. É um termo que utiliza frequentemente nas suas análises.

Sim, eu julgo que essa mudança está a acontecer e é em grande escala. E penso que, se os governos e instituições atuais não compreenderem o que está a acontecer, irão perder o poder que detêm. Isto porque acredito que há muito menos confiança no sistema político atual. As pessoas sentem isto no sistema de voto, sentem que não têm poder para alterar as coisas. A inteligência coletiva não está integrada no sistema, por isso temos, na maior parte das vezes, um sistema político controlado por elites que, como disse, resiste à mudança. Mas estes movimentos são muito poderosos e em Espanha, por exemplo, estamos a ver que estas coligações lideradas por cidadãos ocupam agora lugares no governo e têm, neste momento, o dever de mostrar que as suas promessas de uma democracia participativa não são apenas promessas, mas pode ser um programa político e pode ser uma realidade. Penso que a tecnologia e, em particular, a relação entre tecnologia e democracia é muito importante na nossa sociedade contemporânea. Como referiu, vimos com o Edward Snowden a questão da vigilância em massa à grande escala. Claro que devemos ser capazes de enfrentar este problema, precisamos de sensibilizar os cidadãos, precisamos de avançar e exigir à Europa que invista nestas formas de tecnologia livres, públicas e democráticas para o futuro. Se isto não acontecer, o que prevalece é o interesse do *status quo*, das posições privilegiada, das grandes empresas, dos governos que não querem mudar. (...) A questão da corrupção prende-se com o motivo pelo qual queremos mudar o sistema político: não o queremos mudar porque ele não nos agrada, mas porque tem sido extremamente corrupto. Existem casos, e falo aqui da Itália, de Espanha, de Portugal e de muitos outros países, onde é realmente possível ver que o sistema político atual está muito mais ocupado a responder aos interesses dos grandes detentores do poder do que a pensar no futuro laboral, um aspeto muito importante a ter em conta, ou na criação de serviços públicos, todos estes aspetos que são muito importantes para a vida das pessoas. E é aqui que eu penso que a tecnologia pode, verdadeiramente, mostrar às pessoas como elas se podem organizar de forma diferente. Mas claro que estamos a falar de um modelo híbrido. Como discutimos há pouco no painel, não acredito que estas novas formas irão substituir totalmente os sistemas que temos atualmente em vigor. Creio que serão formas híbridas, capazes de dar mais poder aos cidadãos, e não acredito que a tecnologia signifique que tudo tenha de estar *online*, mas que precisamos de uma combinação entre o *offline*, ou seja, participação física e pessoas que se juntam para tomar decisões e promovem atividades nos seus bairros, e o *online* que, por sua vez, permite que muitas pessoas votem para expressarem as suas opiniões, debatem e se organizem mediante uma nova dinâmica. Isso é muito importante, mas temos de ter cuidado e ser muito claros em relação a questões sobre a vigilância ou sobre o panóptico digital, porque as pessoas estão preocupadas com o

facto de que, sempre que usamos tecnologia, estamos a produzir dados sobre nós mesmos e, em termos de atividade política, isto é também sinónimo de monitorização constante. No D-CENT estamos, neste momento, a realizar um estudo interessante sobre identidades digitais, o que é importante precisamente porque os dados produzidos hoje em dia, particularmente nas redes sociais e na interação política, correspondem a dados sociais. No cerne do nosso projeto, defendemos que os cidadãos devem controlar estes dados. O problema, neste caso, é que muita da economia digital é financiada através da publicidade e o que eles fazem é vender esses dados *online*, algo que as pessoas não gostam.

Julga que as pessoas têm consciência disso?

Penso que atualmente há mais consciência devido ao Edward Snowden e à proeminência do debate público europeu sobre Silicon Valley, mas, ainda assim, é reduzida. Penso também que os nativos digitais e as novas gerações já nascem com essa consciência. Para eles não devemos opor a possibilidade de termos uma vida social, comunicarmos e sermos muito ativos *online*, trocando fotografias e partilhando coisas, ao conceito de privacidade. Por vezes, ouve-se dizer que os jovens não querem saber da vigilância, mas isso não é verdade. A questão é que eles não vão abdicar das suas vidas sociais, que são *online* e com as quais eles nasceram, por causa de algum princípio ético. Por isso, precisamos de construir ferramentas sociais que sejam éticas e sigam princípios políticos como, por exemplo, a proteção de dados, a encriptação e a posse e o controlo individual sobre os dados – precisamos de incluir esses aspetos nas tecnologias. E depois, claro, queremos poder melhorar a nossa inteligência coletiva.

Pensa que não há controlo sobre esses dados, essas grandes quantidades de dados? Como é se obriga um Google, um Facebook ou um Twitter a colocar, no vosso *website*, os dados que vocês produzem?

Penso que não devemos imitar o modelo de Silicon Valley. Acredito verdadeiramente nisto e é por este motivo que estamos tão felizes por poder trabalhar com o Tim Berners-Lee, que criou a Internet no CERN, um instituto público europeu de investigação. Julgo que na Europa temos um modelo social diferente, uma lei diferente e muito avançada para a proteção de dados. Temos também, na nossa legislação, algo chamado o “corpo eletrónico” e uma forma muito avançada de compreender identidades e identidades digitais. Mas falamos simultaneamente de um modelo social, ou seja, tecnologias que podem ser criadas e desenvolvidas para o interesse público e não só tecnologias que induzem as pessoas a comprarem mais coisas, a gastarem mais dinheiro ou que agregam esse dinheiro através previsões futuras geradas por algoritmos inteligentes que lhes permitem, por exemplo, vender seguros mais caros ao público. Muita da economia digital que existe atualmente é contruída com base nesta visão hiper-capitalista e,

na Europa, não somos particularmente favoráveis a isto ou temos, pelo menos, resistido a esta lógica híper-consumista. Neste sentido, penso que estas tecnologias são feitas para novas instituições, novos modelos que têm mais em conta as nossas necessidades. Até quando falamos de economia digital, na Europa temos mais de 90 % de pequenas e médias empresas ou até microempresas. Sempre foi assim. Nós não temos os grandes gigantes como a Google ou o Facebook.

Mas usamo-los...

Sim, usamo-los, mas como estava a dizer há pouco, ainda não investimos o suficiente na criação de alternativas. O D-CENT está, obviamente, a tentar fazê-lo, mas nós somos um pequeno projeto de investigação e desenvolvimento. Precisaríamos de mil projetos como o D-CENT para podermos construir, neste momento, em contexto europeu, as tecnologias que precisamos.

Todas as grandes empresas estão sediadas nos EUA, por isso eles controlam todos os dados ou, pelo menos, grande parte dos dados.

Precisamos de uma intervenção nessa área. O próprio Mario Campolargo, da Comissão Europeia, já disse que a Comissão não está, verdadeiramente, a fazer o suficiente. Mas especialmente agora, por exemplo, com o caso da soberania digital e a capacidade de possuir e controlar as tecnologias e os dados para os cidadãos europeus, vemos que estes temas estão cada vez mais a fazer parte da agenda política. Penso que nós temos um papel a cumprir, enquanto cidadãos, enquanto sociedade civil, enquanto movimentos políticos, enquanto elementos ativos deste debate. Julgo que somos capazes de alterar o rumo das coisas.

Como é que define “inteligência coletiva”?

O que nós queremos dizer com “inteligência coletiva” é a capacidade de as pessoas agirem coletivamente.

À grande escala, como diz?

Sim, ação coletiva à grande escala. Um dos aspetos que importa compreender é que a inteligência já não encontra limitada a um local específico, mas está dispersa.

Mas na forma como nós nos influenciamos uns aos outros?

Na forma como nos influenciamos uns aos outros, mas também no sentido em que a inteligência não reside apenas nos cérebros humanos, nas empresas ou num grupo de peritos. A inteligência encontra-se dispersa, porque as pessoas têm acesso ao conhecimento, aprendem e partilham, encontrando-se em muitos locais diferentes. Através da tecnologia, mas também através da ação coletiva, nós

somos capazes de agregar esta inteligência e encontrar novas e melhores políticas e soluções. É isso que pensamos.

Outro aspeto sobre o qual gostaria de a ouvir é o tema do dinheiro. Sei que trabalha sobre o futuro do dinheiro e, por esse motivo, a questão que lhe coloco é, precisamente, qual pensa ser o futuro do dinheiro, no contexto democrático?

Em primeiro lugar, no D-CENT procurámos, de forma experimental, unir o futuro do dinheiro e o futuro da democracia. E, ao início, muitas pessoas perguntavam-nos porque é que estávamos a unir estes dois cenários futuros, quer dizer, parece contraintuitivo. Ao que nós respondemos que não acreditávamos que pudesse existir democracia se não houver uma gestão democrática do dinheiro.

Quando fala de dinheiro, está a falar de algo como a *bitcoin*? Ou será um mau exemplo?

Não é um mau exemplo. No projeto D-CENT o que estamos realmente a fazer é unir uma tradição de unidades monetárias complementares, que não tem nada a ver com a *bitcoin* e não é, particularmente, digital. Basicamente, trata-se de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos vinte anos e que se relaciona com a auto-organização de comunidades e a criação de novas formas de dinheiro.

Pode dar um exemplo?

Por exemplo, bancos de horas ou circuitos económicos alternativos que permitem a pequenas empresas ou a negócios entre empresas criarem economias regionais e circuitos económicos alternativos que funcionem em paralelo. Não falamos aqui de uma substituição do sistema económico que temos atualmente, mas de sistemas alternativos paralelos que estão mais adaptados às necessidades da comunidade e nos quais a democracia acontece no processo de tomada de decisões, onde se decide sobre atribuições, investimentos e todo este tipo de decisões que pertencem à comunidade. E esta tradição é muito importante não só na Europa, mas no mundo inteiro. Trabalhámos igualmente com o departamento de economia da universidade de Sorbonne, em Paris, que estava muito envolvido na criação destes sistemas complementares, por exemplo, a nível das cidades. Como Nancy, existem muitas cidades na França que adotaram sistemas monetários complementares. Contamos, no D-CENT, com a participação do professor Bernard Lietaer, um especialista nesta matéria que escreveu sobre estes sistemas e que criou, de certa forma, um movimento para a adoção moedas complementares, no qual tem sido muito ativo. Contudo, com a *bitcoin*, vimos que estava a acontecer uma espécie de revolução digital e que, de repente, isto se tornou num fenómeno massivo e que muitas pessoas, em particular a comunidade *hacker*, estiveram

evolvidas na criação de dinheiro digital. Mas o que nos interessou mais na *bitcoin* não foi tanto o seu uso enquanto moeda de troca, mas a tecnologia da *bitcoin*, ou seja, a sua infraestrutura, que é designada *blockchain* (cifragem progressiva). A *blockchain* é um sistema de distribuição de registos de contabilidade e é o que sustenta a *bitcoin*. Basicamente o que nós fizemos foi analisar todas as tecnologias que sustentam a *bitcoin* e agora estamos a tentar perceber como podemos usar a *blockchain* para o bem comum. Ou seja estamos a ver como é que nos podemos reapropriar desta tecnologia, que é fundamentalmente um sistema de distribuição de gestão fiduciária ou um sistema de distribuição de gestão de identidade, e a usá-la para o projeto D-CENT enquanto sistema fiduciário que também se relaciona com a tomada de decisões por parte da comunidade e com o próprio conceito de democracia. (...) Claramente, na Europa atual, com a crise financeira, com o problema da austeridade e das pessoas que não conseguem chegar ao fim mês e que não têm recursos suficientes – mas as pessoas estão a encontrar soluções incríveis: partilham recursos, reúnem-se, discutem sobre o futuro do dinheiro. E penso que este sistema extremamente hierárquico nos tem trazido imensos problemas, por exemplo, muito do poder da Europa encontra-se, neste momento, nas mãos do Banco Central Europeu. Claramente, os bancos têm tido mais peso do que os governos no que diz respeito às decisões que afetam o futuro das nossas vidas. E, nesse sentido, temos visto muitas comunidades e organizações a juntarem-se e a experimentarem alternativas. A nossa função no D-CENT é trabalhar com eles e usar algumas destas tecnologias e alguma da experiência que temos para acompanhar a próxima geração de sistemas monetários. Por isso, vamos ver quais serão os resultados.

Observador, 2015